Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul

GAB. CONS. MARISA JOAQUINA MONTEIRO SERRANO

DECISÃO SINGULAR DSG - G.MJMS - 13344/2017

PROCESSO TC/MS	: TC/25579/2016
PROTOCOLO	: 1737070
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO
ORD. DE DESPESAS	: JOSÉ ANTÔNIO ASSAD E FARIA
CARGO DO ORDENADOR	: EX-PREFEITO MUNICIPAL
ASSUNTO DO PROCESSO	: CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 041/2016
RELATORA	: CONS. MARISA JOAQUINA MONTEIRO SERRANO
CONTRATADA	: GAZIM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA..
PROC. LICITATÓRIO	: PREGÃO PRESENCIAL N.º 021/2015
OBJETO DA CONTRATAÇÃO	: AQUISIÇÃO DE 60 (SESSENTA) CONDICIONADORES DE AR DE 30.000 (TRINTA MIL) BTUS
VALOR DA CONTRATAÇÃO	: R$ 154.140,00

CONTRATO ADMINISTRATIVO. AQUISIÇÃO DE 60 (SESSENTA) CONDICIONADORES DE AR DE 30.000 (TRINTA MIL) BTUS. FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO. EXECUÇÃO FINANCEIRA. REGULARIDADE.

Cuida-se de Contrato Administrativo de n.º 041/2016, celebrado entre a ***Prefeitura Municipal de Ladário*** e ***Gazim Indústria e Comércio de Móveis e Eletrodomésticos LTDA.***, objetivando a aquisição de 60 (sessenta) condicionadores de ar de 30.000 (trinta mil) Btus, com valor contratual no montante de R$ 154.140,00 (cento e cinquenta e quatro mil cento e quarenta reais).

Destaca-se que a 1ª fase da contratação pública, procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial sob o nº 021/2015, que originou a Ata de Registro de Preços n.º 026/2015, fora realizado pelo Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE.

Objetiva-se, neste momento processual, analisar a formalização do Contrato Administrativo n.º 041/2016 (2ª fase), bem como a regularidade da respectiva execução financeira (3ª fase).

Em razão da análise de toda documentação acostada, a Equipe Técnica da 6ª Inspetoria emitiu às pp. 279/284 sua Análise, ANA – 6ICE – 9684/2017, opinando pela ***regularidade*** e ***legalidade*** da formalização do Contrato Administrativo n.º 041/2016 e da Execução Financeira (2ª e 3ª fases).

Por sua vez, o ilustre representante Ministerial, em seu Parecer PAR – 3ª PRC – 18217/2017, concluiu pela ***legalidade*** e ***regularidade*** das reportadas fases da contratação pública (2ª e 3ª fases).

Vieram os autos a esta Relatoria, para decisão.

É O RELATÓRIO.

Extrai-se do feito que tanto o Corpo Técnico quanto o representante do Ministério Público de Contas foram unânimes em se manifestar pela legalidade e regularidade da 2ª fase da contratação pública.

De fato, vislumbro que os documentos encaminhados a esta Corte demonstram que a contratação pública encontra-se em conformidade com a legislação de regência, em especial a Lei de Licitações e Contratos Administrativos no tocante à formalização do Contrato Administrativo n.º 041/2016 (2ª fase).

Outrossim, constata-se, por meio da documentação juntada, que os requisitos legais vigentes foram devidamente cumpridos quanto à regularidade da matéria relativa à execução financeira e prestação de contas.

De fato, a liquidação da despesa, cujo resumo segue abaixo, exibe com clareza a similitude do total de notas de empenho válidas e total de pagamentos, demonstrando, assim, sua regularidade:

VALOR DO CONTRATO	R$	154.140,00
TOTAL DE NOTAS DE EMPENHO VÁLIDAS	R$	154.140,00
TOTAL DE COMPROVANTES DESPESAS EMITIDOS	R$	154.140,00
TOTAL DE ORDENS BANCÁRIAS EMITIDAS	R$	154.140,00

Ante o exposto, no exercício do juízo singular conferido pelo artigo 10, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal de Contas/MS, e acompanhando o entendimento da Equipe Técnica da 6ª Inspetoria e do Ministério Público de Contas, **DECIDO** no sentido de**:**

1) Declarar a ***regularidade*** da formalização do Contrato Administrativo n.º 041/2016 **(2ª fase)**, nos termos do art. 120, inciso II, da Resolução Normativa n.º 76, de 11/12/2013 (Regimento Interno do TC/MS) c/c artigo 59, I, da Lei Complementar n.º 160/12;

2) Declarar a ***regularidade*** da execução financeira do Contrato Administrativo n.º 041/2016 **(3ª fase)**, nos termos do art. 120, inciso III, também da Resolução Normativa n.º 76, de 11/12/2013 (Regimento Interno do TC/MS) c/c artigo 59, I, da Lei Complementar n.º 160/12;

3) Comunicar o resultado do julgamento às autoridades administrativas competentes, com base no artigo 50 da Lei Complementar n.º 160/2012.

É a Decisão.

Nos termos do artigo 70, §2º, do Regimento Interno, **determino** a remessa destes autos ao Cartório para providências regimentais.

Campo Grande/MS, 25 de setembro de 2017.

Cons. MARISA SERRANO
RELATORA

Net